



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS -UFT

CAMPUS UNIVERSTÁRIO DE ARAGUAÍNA

LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

NAJARA CAROLINE DA SILVA MORAES LEAL

**A HISTÓRIA DA MORTE E SUAS REPRESENTAÇÕES NO CEMITÉRIO SÃO
LAZARO DE ARAGUAINA**

ARAGUAÍNA/2016

NAJARA CAROLINE DA SILVA MORAES LEAL

**A HISTÓRIA DA MORTE E SUAS REPRESENTAÇÕES NO CEMITÉRIO SÃO
LAZARO DE ARAGUAINA**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins – como pré-requisito para obtenção do título de licenciada em História. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marisete Cristina Soares Lunckes.

ARAGUAÍNA-TO/2016

NAJARA CAROLINE DA SILVA MORAES LEAL

**A HISTÓRIADA MORTE E SUAS REPRESENTAÇÕES NO CEMITÉRIO SÃO
LAZARO DE ARAGUAINA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Coordenação do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins – como pré-requisito para obtenção do título de licenciado em História. **Orientadora:** Prof^a. Dr^a. Mariseti Cristina Soares Lunckes.

Aprovada em ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Mariseti Cristina Soares Lunckes
Orientadora

2º Membro da Banca Examinadora

3º Membro da Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

Mensagem

RESUMO

A história da morte e suas representações no Cemitério São Lázaro de Araguaína apresenta pesquisa bibliográfica e estudo de caso que abrem uma discussão sobre a morte dentro de um contexto histórico, partindo das concepções existentes nos primeiros séculos até os dias atuais. Em seu estudo de caso tem por base o Cemitério São Lázaro em Araguaína, Estado do Tocantins, Brasil, em que são apresentadas as representações contemporâneas da morte. Tem por objetivo observar e lançar uma reflexão sobre as imagens relacionadas ao tema ao longo da história e como elas interferiram e interferem nas diversas áreas de atuação humana.

Palavras-chave:

Morte; Cemitério; imagens.

ABSTRAT

Death and the history of Araguaína Cemetery presents literature and case study to open a discussion about the death within a historical context, building on the existing concepts in the early centuries to the present day .In his case study is based on the Cemetery St. Lazarus in Araguaina ,Tocantins , Brazil , in which contemporary representations of death are presented. It aims to observe and to open discussions on the images related to the theme throughout history and how they interfere and intervene in various areas of human activity .

Keywords:

Death; Cemetery; Mentalities

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Capítulo 1

1.1 HISTÓRIA DA MORTE: Uma breve discussão sobre a temática

1.2 A morte na ótica do cristianismo

1.3 O significado da morte para a sociedade cristã ocidental

1.4 A Sociedade moderna em sua relação com a morte

Capítulo 2

2.1 O Cemitério como fonte histórica

2.2 O Cemitério São Lázaro e seus conflitos

2.3 Representações da morte no Cemitério São Lázaro

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o fim da existência do homem está presente desde os primórdios da humanidade e sua realidade percorre o cotidiano de todos, pois é uma etapa inevitável da vida. Ainda assim, a morte é percebida como um mistério incompreensível aos olhos da maioria dos povos.

A forma como os diversos povos em diferentes tempos e lugares lidaram com a irremediável realidade da morte variou muito ao longo da história e, atualmente, o assunto é praticamente relegado ao esquecimento. A questão é que a maneira como se lida com a morte interfere profundamente na forma como se vive, por isso o estudo das mentalidades sobre a morte se revestem de maior importância.

Diante dessa realidade pretende-se compreender, de um ponto de vista histórico, a morte e seus desdobramentos como um fenômeno natural e um fato social com desdobramentos culturais multifacetados. A morte está presente na vida, apesar do aparente paradoxo, e debruçar-se sobre esse intrigante tema é o objetivo deste trabalho, que se desdobra em dois capítulos. Um trata da história da morte e de algumas mentalidades inerentes ao tema. O outro faz um estudo de caso numa perspectiva local.

No primeiro capítulo será abordado o tema, a partir de uma contextualização histórica fazendo-se breve discussão com a produção historiográfica. Pretende-se destacar a influência das ideologias e mentalidades no estudo do tema. Ainda nesse tópico, ressaltar-se-ão pontos relevantes sobre a História das Mentalidades, considerando a importância do estudo do comportamento de um povo. Isso porque, hoje, é fundamental que o historiador preocupe-se em aprofundar seus estudos no íntimo de uma sociedade, conhecendo assim, seus sabores e dissabores, suas inúmeras práticas que antes passavam despercebidas.

A Morte na Ótica do Cristianismo também será objeto de análise no transcorrer desta obra, sendo esta uma perspectiva ainda pouco discutida no cenário teórico. Não obstante, toda a comunidade ocidental foi grandemente influenciada pelos princípios, doutrina e métodos emanados da religião cristã. Isso força o historiador a entranhar-se nessa abordagem, especialmente em se tratando de tema tão afeto à religião.

Outro tópico tratará do significado da morte para a comunidade cristã ocidental, com destaque para o domínio que a Igreja manteve, por um longo período de tempo, sobre os ritos fúnebres.

O segundo capítulo se debruçará de forma mais específica a questões práticas, apresentando um estudo de caso sobre Araguaína e a história do Cemitério São Lázaro, tomando o cemitério como fonte de relevantes informações históricas.

Por fim, apresentar-se-á nas considerações finais uma reflexão sobre a morte, seus significados históricos e a mentalidade atual com base no estudo.

A morte, como se verá, apesar de todos os temores que a circundam, é assunto para os vivos. Sua abordagem no contexto histórico é capaz de demonstrar a forma de viver dos povos. É, muitas vezes, nas declarações de última vontade e nas inscrições em jazigos onde estarão representados os mais profundos sentimentos e os mais amplos anseios de toda uma geração.

Capítulo 1

1.1 HISTÓRIA DA MORTE: uma breve discussão sobre a temática

O campo historiográfico, depois da abertura metodológica e temática proporcionada pelos Annales¹, possibilitou dar voz àqueles que eram suprimidos em sua própria história. Dessa forma, novos espaços foram se tornando objetos de estudos. Novas fontes e metodologias foram utilizadas, de modo a tornar a pesquisa em história algo mais dinâmico, proporcionar uma leitura mais verossímil dos acontecimentos de nosso tempo e dar o devido valor a esses sujeitos outrora “desconhecidos”.

A morte foi um dos temas suscitados com o advento dessa abertura historiográfica. Um tema que a alguns provoca fascínio, a outros impõe repulsa ou mesmo medo. Um assunto que certamente estimula questionamentos e diferentes afirmativas. É essa gama de fatores inerentes à morte que a torna interessante, pois, como se verá, após a sua “descoberta” pelo homem ela foi rodeada de cuidados, de ritos, de compensações:

Os mortos têm apenas a existência que os vivos imaginam para eles. Diferentemente, segundo sua cultura, as crenças, sua época, os homens atribuem aos mortos uma vida no além, descrevem os lugares de sua morada e assim representam o que esperam para si próprios. A esse título, o imaginário da morte e da evolução dos mortos no além constitui universalmente uma parte essencial das crenças religiosas das sociedades. (LE GOLF e SCHMITT, 1999. p.15)

Pode-se extrair da citação de LE GOLF e SCHMITT que os cuidados com os mortos, independente de religiões e tempos históricos, fazem parte das preocupações dos vivos e estão presentes em seu imaginário. O estudo feito por esses autores evoca uma análise sobre as “mentalidades” dos períodos abordados, proporcionando uma tessitura sobre a forma como foi mudando a concepção de morte a partir do ocidente medieval.

O estudo das mentalidades não se refere somente às práticas comportamentais concernentes a um determinado povo, pois:

1 Movimento Fundado por Marc Bloch e Lucien Febre, em 1929, que pretendia romper com o método positivista da História, bem como incorporar métodos das demais ciências, como Sociologia, Filosofia, Psicologia, etc. (BURKE, Peter. A Escola dos ANNALES (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997).

As “mentalidades” não consistem apenas nos estratos antigos e persistentes dos pensamentos e dos comportamentos, mas nas crenças e nas imagens, nas palavras e nos gestos que encontram plenamente seu sentido na atualidade presente e bem viva das relações sociais e da ideologia de uma época (LE GOFF e SCHMITT, 1999, p.18).

Ao nos falar sobre a questão da “ideologia de uma época”, o autor está a enfatizar a localização histórica de uma determinada sociedade, de seus ritos, valores, costumes e crenças. É, na verdade, a análise da cosmovisão predominante em determinado tempo e espaço. Estes, quando analisados, permitem ao historiador problematizar o imaginário da morte, elemento essencial das crenças religiosas das sociedades.

A respeito da questão ideológica, o trabalho de VOVELLE (2004), “Ideologias e Mentalidades”, discute de que forma as questões referentes à ideologia e à mentalidade vem sendo tratada pelos historiadores, mostrando um pequeno embate teórico entre marxistas e historiadores dos Annales. Em se tratando de ideologias percebem-se discrepâncias entre os conceitos dos diferentes autores. Num primeiro momento temos a definição de ideologia por parte da análise marxista, esta concebida como um sistema de ideias que servem de instrumentos de dominação de um determinado grupo ou sociedade em determinado contexto econômico, político, religioso ou social.

Partindo da visão marxista de ideologia, mais à frente demonstrar-se-á como o aparelho ideológico da Igreja Medieval tornou a morte objeto de acompanhamento sacerdotal, requerendo os cuidados adequados para se ter uma “boa morte²”. Com isso, a igreja gradativamente transformou o acompanhamento religioso (cuja função era velar pelo morto e proporcionar conforto à sua família) em estrutura mercadológica.

Continuando com suas considerações sobre ideologias e mentalidades, Vovelle faz uma comparação entre a abordagem marxista e outras abordagens. O interessante nessa comparação é a mudança de percepção que teve o autor, pois ele próprio era adepto da abordagem marxista de história, que pretendia uma análise mais baseada no campo econômico, ou no social, pautada nas estruturas postuladas por Karl Marx e Friedrich Engels, as chamadas infraestrutura e

2 RODRIGUES, Cláudia. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista. In.: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p. 255-272, jan/jun 2008.

superestrutura³. De acordo com o autor, ao tratar de certos temas a abordagem marxista esbarra em entraves, daí a necessidade de outra abordagem, que proporcione outros métodos e mecanismos de análise. O excerto abaixo, extraído da obra de Vovelle, elucida melhor essa necessidade:

À medida que se atingem as representações mais complexas, a dificuldade cresce para explicar corretamente, e até mesmo levar em conta, certo número de dados. Uma tese muito recente de história social à luz do marxismo, que visa reconstituir em toda a sua profundidade o grupo da aristocracia parlamentar francesa do século XVIII, esbarra em obstáculos que ela não pode nem elidir, nem reabsorver no momento mesmo em que reúne com muito brilho todos os elementos do estudo (VOVELLE, 2004, p.13).

VOVELLE (2004, p. 15), nos mostra ainda como a chamada “História das Mentalidades”, passou de estudos da cultura de um povo para estudos sobre seu comportamento. Isso chama o historiador a aprofundar seus estudos no íntimo de uma sociedade, saber seus sabores e dissabores, suas práticas muitas vezes esquecidas ou ignoradas. Segundo o autor, para R. Mandrou a história das mentalidades ainda se encontra em processo de composição, devido às inúmeras facetas que essa abordagem proporciona – “uma história das visões de mundo”. Apesar de afirmar que constitui uma conceituação “vaga”, Vovelle concorda com Mandrou.

Poder-se-ia contestar R. Mandrou, ao se verificar a forma como tem evoluído o próprio conteúdo dessa história nos últimos vinte a trinta anos? Assumindo tudo que essa redução possa ter de empobrecedor, e até de caricatural, parece-me bem que se passou de uma história das mentalidades que em seus primórdios situava-se essencialmente ao nível da cultura e do pensamento [...] para uma história das atitudes, dos comportamentos e das representações coletivas inconscientes. É precisamente isso que se inscreve maciçamente nos novos centros de interesse em voga: a criança, a mãe, a família, o amor, a sexualidade... a morte. (VOVELLE, 2004,p.15-16)

Essa mudança de postura por parte das Mentalidades foi propícia ao aprofundamento de temas que até então não tinham análises tão minuciosas no escopo dos inúmeros trabalhos referentes a essa corrente. Os temas ficaram mais específicos e isso agregou novas formas de análise histórica, possibilitando um

³De acordo com o ponto de vista materialista de Marx, o elemento primordial da realidade social é o modo como os homens produzem suas condições de existência, ou seja, a base econômica da sociedade. Em outras palavras, é a infraestrutura. Superestrutura: é que compreende as esferas política, jurídica e religiosa, ou seja, as instituições responsáveis pela produção ideológica(formação das idéias e conceitos) da sociedade.

leque maior ao historiador. Onde antes se trabalhava com as relações sociais de uma determinada vila, passou-se a analisar o papel da mulher no seio dessa sociedade, como as crianças são tratadas em seu cotidiano, qual a concepção do sexo e como os ritos fúnebres são realizados.

Nesse contexto, com relação à morte, João José Reis (2003) informa como a sociedade moderna mantém uma relação com esse tema, muito distante da relação que os medievos e o próprio Brasil oitocentista mantinha. Para ele o homem tornou-se muito individualista e, como tal, descaracterizou-se do ato de conceber a morte como algo integrante de sua vida, ou seja, a morte deixa de ser algo natural e torna-se um tema alheio às discussões no seio da sociedade.

A propósito da morte detectamos um “buraco negro”, uma zona obscura e mal resolvida da condição humana na sociedade moderna, talvez de maior importância que aquela referida à questão sexual. Pelo menos, com a saída da arte erótica, tivemos a entrada da ciência da sexualidade. Mas a saída da arte de morrer não foi substituída por nada, apenas pelo silêncio. Se queremos chamar “ciência da morte” a isto que se ensina aos pacientes nas salas dos hospitais, especialmente nas salas de terapia intensiva, certamente estaremos confundindo as coisas. Com dita ciência, aqueles que morrem são preparados a esperar sempre um pouco mais de vida, assim até o derradeiro minuto. Isto é, mal poderíamos chamar de “ciência da morte” a uma ciência médica que não tem nada a dizer sobre o fenômeno da morte, já que seu principal objetivo é encontrar a cura para todas as causas da morte. (REIS, 2003 p.343)

Esse silêncio a que se refere o autor diz respeito aos inúmeros discursos construídos pela sociedade na época em que a morte, tal qual a veremos adiante, era parte integrante de seu cotidiano. O que se vê é que o tema da morte parece ter se tornado um “tabu” nas sociedades modernas, diferindo em muito da sociedade medieval, como nos informa LE GOFF e SCHMITT (1999) a respeito das diversas práticas e ritos inerentes à atividade fúnebre, mostrando a relação intrínseca que o homem mantinha com o momento derradeiro.

Com relação à pesquisa histórica voltada a essa temática, LAWERS (2006) destaca que nas últimas décadas houve um especial interesse por parte dos medievalistas nos estudos inerentes à morte, bem como a tudo que rodeia o tema. Esse mesmo autor traça um breve histórico de como a morte foi sendo inserida no contexto social da sociedade medieval, a partir do século IV.

Ainda de acordo com os estudos de LAWERS, a ideia de morte como sendo um descanso para o corpo foi mudando, chegando à ideia de início do julgamento da alma do indivíduo. Sob essa ótica o indivíduo devia se portar *probo*.

Há de se destacar que o estudo da morte e o estudo dos mortos são duas coisas que, em história, recebem abordagens diferentes. Como atesta LAWERS, para os medievalistas, que tomaram o tema como um amplo campo de estudo, os cuidados mortos e o papel a eles atribuído pelos vivos constituíram maior objetivo histórico que a morte e os sentimentos que ela suscitou.

Essas práticas inerentes ao defunto, como colocou LAWERS, após o século IV foram institucionalizadas pela igreja, de forma a colocar tais questões sobre seu domínio. É sabido que após o reconhecimento do cristianismo como religião oficial do império romano, a igreja adotou inúmeras práticas provenientes dos povos recém cristianizados. Os ritos fúnebres há muito existiam no seio das famílias, que velavam por seus entes não apenas pelo fato de morrer, mas por toda a alegoria construída em torno desse momento. Esses ritos de certa forma, foram compilados por santo Agostinho, com a redação do *De cura pro mortuis gerenda*⁴, que funcionava com o um manual da “boa morte” para o Ocidente. Em nossa sociedade moderna parece não haver mais esse tipo de alegoria referente à morte.

O manual agostiniano consistia em orientar os vivos a transpor o morto com tranqüilidade para o outro mundo. Explicava como proceder em determinados ritos, bem como a estrita relação entre os mortos e os santos católicos. Tal documento foi criado a partir de uma consulta feita pelo Bispo Paulino de Nola, em 421, respondida por Agostinho em forma de tratado. A carta de Santo Agostinho demonstra em seu primeiro e segundo capítulos que o mestre de Hipona entende que os ritos fúnebres não têm utilidade alguma a favor dos mortos, e exorta seu interlocutor a analisar a questão sobre a ótica das sagradas escrituras, e não do costume popular.

Apesar disso, ele afirma que em respeito às tradições da religião e do sentimento dos fiéis, não se deve desprezar os ritos. Com isso ele reúne na carta as práticas vigentes da época, incorporadas pelo costume, e as envia ao bispo de Nola.

Todos esses ritos foram se adaptando à sociedade medieval, sempre com a intervenção da Igreja, que travava certo embate contra os costumes orais do povo. Isso porque em certos locais esses costumes se mostravam como uma resistência aos cultos cristãos. Nesse bojo de “institucionalização” da morte houve também uma

4 TRADUÇÃO: “O Cuidado devido aos mortos”

hierarquização dos defuntos. Somente os sepulcros dos santos podiam ser venerados e lembrados pelos fiéis (LAWERS, 2006). Mesmo orando por seus pares, a evocação deveria ser direcionada aos santos, que tinham a missão de levar as preces até o ente querido do fiel.

Antes de a Igreja tomar para si a responsabilidade para com os mortos, essa era destinada à família do defunto, em especial às mulheres, encarregadas desde o banho até as lamentações no sepulcro do indivíduo. Veremos algo semelhante no trabalho de REIS (2008), que ao tratar da morte no Brasil oitocentista aponta que os ritos eram atribuídos às pessoas devidamente capacitadas para tal tarefa.

Percebe-se que a sociedade medieval tinha com a morte uma ligação direta. Talvez pelo fato do desconhecido, ou talvez pela ausência do medo – que mais tarde iria afastar os vivos dos mortos e engrossaria a linha tênue que os mantinha tão próximos. No princípio os vivos faziam questão de colocar seus entes queridos próximos de si, sepultando-os em casa, criando cemitérios particulares de determinadas famílias, mas ao longo do período medieval isso foi se modificando e as pessoas passaram a colocar seus mortos mais longe de suas casas e a sepultá-los nas igrejas.

A obra de Philippe Ariés, *O Homem diante da morte*, de 1981, faz uma abordagem pormenorizada da história da morte em certos períodos históricos, bem como das imagens concebidas. O autor relata que no período da alta idade média (476 a 1000) a morte era domada. Não era algo que ocorria de assalto aos homens, era sentida. “eles não morriam de qualquer maneira: a morte era regulamentada por um ritual costumeiro descrito com benevolência” (ARIÉS, 1981. p. 7). A morte era sempre prenunciada, mesmo as repentinas, sobrevivendo em razão de ferimento ou de emoção demasiada. A mentalidade da época revela uma relação íntima com o fenômeno: a morte era evento esperado e aceito, e seu prenuncio era tratado com naturalidade, relutar contra a morte era tido como ato ridículo.

As formas de prenúnciação eram diversas: a aparição de um ente já falecido, um sino badalando por si só, pancadas no chão do quarto, entre outras inúmeras situações (ARIÉS 1981, p. 9). Por volta do século XVII esses sinais começaram a ser considerados superstições do povo. Ainda assim, o discurso afirmativo de que a morte dava sinais antecipados de sua atuação perdurou por séculos.

Na lição de ARIÉS, (Op. Citt. p.12), a morte repentina, desprovida de qualquer aviso, era considerada infamante e vergonhosa. “Nesse mundo tão familiarizado com morte, a morte súbita era morte feia e desonrosa, fazia medo, parecia coisa estranha e monstruosa de que não se ousava falar”. A morte sem testemunhas e sem cerimônias, como a de um viajante na estrada, do afogado no rio, era também assustadora e vergonhosa, marcava com uma maldição a sua vítima.

Para o autor “o cristianismo se esforçou para combater a crença que estigmatizava com infâmia a morte súbita, mas com reticência e pusilanimidade” (Idem, Ibdem). A questão girava em torno de considerar ou não maldito o morto e dar-lhe ou não um sepultamento cristão.

De acordo com ARIÉS havia na alta idade média clara diferenciação quanto às condições em que alguém morria. A morte por assassinato, por exemplo, era penalizada, devendo a família pagar uma multa para que se realizasse o enterro (ARIÉS, 1981. p. 13,14). O que se observa quanto à mentalidade da época é uma forte significação da morte além de uma relação de intimidade, sem tabus.

Da obra de Philippe Ariés se pode concluir que na alta idade média a morte não era considerada o mero fim da vida, mas uma literal passagem de estágio. Assim, se a morte era anunciada a passagem poderia ser feita com preparativos, inclusive com publicidade, já a morte repentina e sem preparativo algum era uma espécie de maldição que em grande parte dos casos privava o morto de um enterro digno, um enterro cristão.

1.2 Amorte na ótica do cristianismo

Para entender como a morte foi historicamente tratada no contexto cristão, forçoso é analisar os primórdios dessa milenar manifestação de fé, sem, contudo, ter a pretensão de uma análise exaustiva. Para tal reflexão partir-se-á da abordagem bíblica sobre o tema, seguida de breve observação da evolução histórica da relação do cristianismo com a morte e seus desdobramentos.

A bíblia, fundamento de fé e prática dos cristãos, traz aplicações diversas para o termo morte. Há ocasiões em que trata a morte como o desligamento espiritual do homem em relação a Deus, em decorrência do pecado (Efésios 2:1). Já em outras passagens fala da segunda morte. Esta é apresentada como uma espécie

de perdimento definitivo da possibilidade de o espírito pecador se chegar a Deus (Apocalipse 21:8), ou seja, uma forma de condenação última e definitiva. Por fim, ela trata também da morte natural, a simples extinção da vida biológica. Esta é o tipo que interessa ao presente trabalho, e as considerações sobre a morte na ótica cristã se darão com base nessa aplicação do termo.

O cristianismo, nos seus primórdios, enfrentou essa temática (a morte natural) de forma clara e direta. Desde o Velho Testamento ela traz o assunto, vezes na história de seus personagens, vezes na filosofia de seus pregadores, como se pode notar dos trechos abaixo:

E aproximaram-se os dias da morte de Davi, deu ele ordem a Salomão, seu filho, dizendo:
Eu vou pelo caminho de toda a terra; esforça-te, pois, e sê homem. ([1 Reis 2:1,2](#))

E depois da morte de Acabe, Moabe se rebelou contra Israel. ([2 Reis 1:1](#))

E Mical, a filha de Saul, não teve filhos, até o dia da sua morte. ([2 Samuel 6:23](#))

Nenhum homem há que tenha domínio sobre o espírito, para o reter; nem tampouco tem ele poder sobre o dia da morte; como também não há licença nesta peleja; nem tampouco a impiedade livrará aos ímpios. ([Eclesiastes 8:8](#))

Porque o que sucede aos filhos dos homens, isso mesmo também sucede aos animais, e lhes sucede a mesma coisa; como morre um, assim morre o outro; e todos têm o mesmo fôlego, e a vantagem dos homens sobre os animais não é nenhuma, porque todos são vaidade. ([Eclesiastes 3:19](#))

Melhor é ir à casa onde há luto do que ir à casa onde há banquete, porque naquela está o fim de todos os homens, e os vivos o aplicam ao seu coração. ([Eclesiastes 7:2](#))

Como se vê, a morte na época do Velho Testamento é tratada como um fato inevitável e comum. Curioso também observar que havia preparativos, despedidas, como se houvesse uma espécie de pressentimento da morte (1 Reis 2:1-2). Essa forma de lidar com a morte remete aos moldes do que ocorria na alta idade média, observados por Philippe Ariés na obra já citada (p. 8).

No Novo Testamento, de igual maneira, o tema é visto como um acontecimento normal da vida. Jesus Cristo tocou no assunto diversas vezes, e sem receio conscientizava seus ouvintes de que a morte é evento certo na vida humana, conforme registrou o evangelho segundo São Lucas, no capítulo 12 e versículo 20: “Mas Deus lhe disse: Louco! esta noite te pedirão a tua alma; e o que tens preparado para quem será?”.

Importante frisar que na doutrina cristã a morte natural, apesar de constituir barreira impenetrável por qualquer recurso humano, não é vista como um inimigo invencível. O ensino de Cristo e de seus sucessores, os apóstolos, traz a doutrina da ressurreição como a principal esperança ofertada pela fé em Deus. A possibilidade de vida eterna, portanto, se torna o marco distintivo da religião cristã.

De acordo com o relato bíblico, o próprio Jesus operou obras de reconstituição da vida já expirada, como se vê nas passagens referentes à ressurreição de Lázaro (João 11: 11-45), ao filho da viúva de Nain (Lucas 7:11-15), entre outras. Além disso, Jesus afirmou claramente em seus ensinamentos que ele próprio ressuscitaria dentre os mortos: “E, havendo-o açoitado, o matarão; e ao terceiro dia ressuscitará” ([Lucas 18:33](#)).

Nesse mesmo sentido se encontra diversos ensinamentos do Apóstolo Paulo, principal divulgador e organizador da doutrina cristã no primeiro século. Vejam-se alguns de seus escritos a respeito:

Pelo qual também sois salvos se o retiverdes tal como vo-lo tenho anunciado; se não é que crestes em vão. Porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras, E que foi sepultado, e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras (1 Coríntios 15:2-4).

[...]

Assim também a ressurreição dentre os mortos. Semeia-se o corpo em corrupção; ressuscitará em incorrupção. Semeia-se em ignomínia, ressuscitará em glória. Semeia-se em fraqueza, ressuscitará com vigor. Semeia-se corpo natural, ressuscitará corpo espiritual. Se há corpo natural, há também corpo espiritual(1 Coríntios 15:42-44).

Não quero, porém, irmãos, que sejais ignorantes acerca dos que já dormem, para que não vos entristeçais como os demais, que não têm esperança.

Porque, se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim também aos que em Jesus dormem, Deus os tornará a trazer com ele (1 Tessalonicenses 4:13,14).

Diante disso, pode-se perceber que o homem do tempo de Cristo vivia com estreita consciência da realidade de sua finitude terrena, não tentando dela se esquecer ou maquiá-la tal realidade. Pelo contrário, Jesus ensina a não temer a morte física, mostrando a seus seguidores que ela não representa o fim da alma: “E não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; teme antes aquele que pode fazer perecer no inferno a alma e o corpo” (Mateus 10:28).

Nesse cenário, a doutrina trazida pelo cristianismo ganha destaque e força, ao trazer a esperança da ressurreição. Rompendo os limites de Jerusalém essa

doutrina ganhou a Europa, levada, inicialmente, pelo apóstolo Paulo, e depois passou a influenciar todo o mundo ocidental.

Mas não era apenas de cristianismo que se vivia no primeiro século. Já naquele tempo havia os que não criam na doutrina evangélica e, portanto, buscavam formas alternativas de enfrentar a questão da morte. O apóstolo Paulo abordou e combateu algumas dessas crenças não cristãs. A análise de suas palavras em relação ao tema é de suma importância, pois lançam luz não apenas para sua época, mas permite entender, em grande parte, o porquê de hoje ser a morte praticamente um tabu, como afirmou Reis (2003), já referido anteriormente.

Segue transcrita uma das principais passagens em que Paulo aborda a questão:

Ora, se se prega que Cristo ressuscitou dentre os mortos, como dizem alguns dentre vós que não há ressurreição de mortos?E, se não há ressurreição de mortos, também Cristo não ressuscitou.E, se Cristo não ressuscitou, logo é vã a nossa pregação, e também é vã a vossa fé.E assim somos também considerados como falsas testemunhas de Deus, pois testificamos de Deus, que ressuscitou a Cristo, ao qual, porém, não ressuscitou se, na verdade, os mortos não ressuscitam.Porque, se os mortos não ressuscitam também Cristo não ressuscitou.E, se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé, e ainda permaneceis nos vossos pecados.E também os que dormiram em Cristo estão perdidos.Se esperamos em Cristo só nesta vida, somos os mais miseráveis de todos os homens.**Mas de fato Cristo ressuscitou dentre os mortos**, e foi feito as primícias dos que dormem.Porque assim como a morte veio por um homem, também a ressurreição dos mortos veio por um homem.Porque, assim como todos morrem em Adão, assim também todos serão vivificados em Cristo (1 Coríntios 15:12-22). (Grifei)

No fragmento fica claro que havia debates sobre a ressurreição, pois alguns não criam. O apóstolo demonstra em seu argumento que a não crença na ressurreição é equivalente à anulação de todo evangelho e da própria fé em Deus (... é vã a vossa fé). Ele conclui, no entanto, reafirmando a doutrina da ressurreição (parte grifada).

Outra passagem importante está no versículo 32 do mesmo capítulo de 1coríntios. Nele o apóstolo aponta para o fato de que se não houvesse ressurreição

restaria apenas à doutrina dos Epicureus⁵, pela qual se afirmava: “comamos e bebamos que amanhã morreremos”.

O ensinamento paulino sobre a morte se constitui, basicamente, no extrato da doutrina cristã sobre o assunto, que foi seguida pelos primórdios da igreja, posteriormente mantida ao pé da letra por alguns, distorcida por outros, e que atravessou as eras e chegou aos tempos modernos.

Constata Phillippe Ariés (1981), em *O Homem Diante da Morte*, que os ensinamentos de São Paulo firmaram o entendimento cristão de que a morte é uma espécie de sono (p. 26), uma espera da qual o cristão será no futuro despertado para o bem aventurado dia da ressurreição da carne.

O autor apresenta diversos relatos antigos que apontam para essa crença da morte como um adormecimento. Para ele, “nenhum documento explica melhor a crença no sono dos mortos do que a lenda dos sete adormecidos de Éfeso” (Idem, *Ibidem*). Essa foi uma história bastante difundida e por isso encontrada nos escritos de diversos historiadores e filósofos antigos até o século XIII. A história dos sete adormecidos se resume no relato de ARIÉS:

Propagou-se uma heresia que negava a ressurreição dos mortos. Então, para confundir os heréticos, Deus quis que os sete mártires ressuscitassem, isto é, que ele os despertou: “Os santos levantaram-se e se cumprimentaram, pensando terem dormido apenas uma noite” (p. 26 e 27).

ARIÉS trata também da visão cristã sobre o lugar onde dormem os mortos, e demonstra a evolução do entendimento antigo sobre o assunto. Informa ele que a doutrina nesse sentido apresentava duas diferentes versões, vindo posteriormente a se unificar. Para alguns, Deus receberia as almas em jardins floridos (“nas santas flores”), citando os escritos de Turpin e Rolando. Já no Hades homérico não havia jardim nem flores.

5 Paulo rebate a doutrina dos epicureus (e dos estóicos) no livro de Atos dos apóstolos, capítulo 17. Epicuro era um filósofo grego que foi mestre em Atenas, desde o ano 307 a.C. Segundo o seu sistema, o grande fim da vida é o prazer. Reconhecia a existência de seres divinos, mas não acreditava que eles tivessem qualquer comunicação com os seres humanos. Para ele, estes entes espirituais existiam num estado de perfeita pureza, tranqüilidade e felicidade. No que se refere à vida do homem na terra, ensinava Epicuro que uma vida tranquila, livre de males e rica de prazeres, é o principal bem da vida humana. Sustentavam os seus adeptos que o mundo não tinha sido formado por Deus, nem com qualquer desígnio, mas por um concurso fortuito de átomos. Negavam a imortalidade da alma. A felicidade que lhes interessava e que buscavam era apenas aquela proveniente do gozo da vida (Fonte: Dicionário Bíblico. Disponível em <http://dicionariobiblico.elosdejesus.com.br/EST%C3%93ICOS+E+EPICUREUS/2159>. Acesso em 6 de jun.16).

Apresenta uma discussão sobre o inferno e como ele era visto no Credo antigo:

No Credo, ou antigo cânone romano, o inferno designa a morada tradicional dos mortos, antes lugar de espera do que de suplício. Os justos ou resgatados do Antigo Testamento ali esperavam que Cristo viesse depois da morte libertá-los ou despertá-los. Foi mais tarde, quando a ideia do Julgamento prevaleceu, que os infernos se tornaram para toda uma cultura o que tinham sido exclusivamente para casos isolados, o reino de Satanás e a morada dos danados. (p. 28. *Op. Cit*)

Assim, prevaleceu a crença de que os justos, a morrer, são destinados a um lugar de refrigério, de descanso, também citado pelo autor (e pela bíblia) como o Seio de Abraão. Já os pagãos estariam destinados ao hades ou inferno.

Outra questão levantada por Phillippe Ariés foi a contradição existente entre os costumes pagãos e as crenças cristãs, e como elas se inter-relacionaram, uma influenciando a outra.

Os antigos temiam os mortos e por isso mantinham deles distância. Reverenciavam os túmulos para impedir que os defuntos voltassem para assombrar os vivos. Outra razão que levava ao afastamento dos mortos era o entendimento que os mortos eram considerados impuros e quando muito próximos poderiam contaminar os vivos. ARIÉS cita como referência, entre outras, a lei das Doze Tábuas, que prescrevia “que nenhum morto seja inumado nem incinerado dentro da cidade” (p. 34).

Em sua obra, ARIÉS menciona o comentário de um jurisconsulto da época, chamado Paulo: “Nenhuma cadáver deve ser depositado na cidade, para que os sacros da cidade não sejam maculados” (p. 35).

Esse afastamento dos mortos ainda se mostrava comum no ano de 563. De início, o costume dos cristãos em relação aos restos mortais e aos ritos fúnebres eram semelhantes aos dos povos à sua volta, a imagem corrente em relação aos mortos era muito similar. Uns por medo dos mortos, outros por questões sanitárias, essa ultima razão, mais observável entre os cristãos, como aponta uma homília de São João Crisóstomo, citada por ARIÉS:

“Cuide que nenhum sepulcro seja edificado na cidade. Se depusessem um cadáver no lugar em que dormes e comes, o que farias? E, no entanto, não te importa depositar os mortos (*animam mortuan*) não onde dormes e comes, mas sobre os membros de Cristo... Como se pode freqüentar as igrejas de Deus, os templos santos, quando ali reina um cheiro horrível.” (p. 35).

Mas esse medo dos mortos foi perdendo sua razão de ser, aos poucos substituídos por uma íntima relação entre vivos e mortos, como nos informa ARIÉS:

Essa repugnância à proximidade dos mortos logo cedeu entre os cristãos antigos (...). Tal mudança é notável: traduz uma grande diferença entre a atitude pagã e a nova atitude cristã em relação aos mortos (...). Daí por diante e durante muito tempo, até o século XVIII, os mortos deixaram de fazer medo aos vivos, e uns e outros coabitaram nos mesmos lugares, por trás dos mesmos muros.

Como se passou tão depressa da antiga repugnância à nova familiaridade? Pela fé na ressurreição dos corpos, associada ao culto dos antigos mártires e de seus túmulos. (p. 35. *Op. Cit*)

A cultura de reverência aos túmulos dos mártires se desenvolveu pelo desenrolar de duas ideias básicas: a de que somente os mártires tinham o privilégio de passar imediatamente à glória, o homem comum não alcançaria diretamente o descanso com o senhor, mas aguardaria sem qualquer consciência até o juízo; e a de que os túmulos não poderiam ser violados, sob pena de se perder a ressurreição (ARIÉS, 1981. p. 36 e 37).

Mas essa cultura de reverência aos túmulos dos mártires não era unanimidade entre os cristãos. Havia quem não desse a menor importância a ritos fúnebres, ao lugar da sepultura ou mesmo à guarda ou manuseio de seu corpo depois de morto. ARIÉS cita Santo Inácio, o qual “desejava que os animais nada deixassem subsistir do seu corpo”. Refere-se também aos anacoretas do deserto egípcio, que “pediam que seus corpos fossem abandonados sem sepultura e expostos à voracidade dos cães e lobos, ou à caridade dos homens que os descobrisse por acaso.” (p. 36).

Não obstante a visão sobre a morte e a ressurreição ser unânime, as divergências sobre o significado dos ritos fúnebres e do culto aos túmulos dividia opiniões entre cristãos. Segundo o mesmo autor, os monges orientais sempre manifestaram desinteresse pelos seus restos mortais, mas esse desprezo ao culto aos mortos não se impôs a todo o povo cristão acidental.

A escatologia cristã popular se adequou e se acomodou às velhas crenças telúrgicas⁶. Dessa crença derivou a ideia de que muitos só ressuscitariam se tivessem recebido uma sepultura adequada e inviolada. Segundo expõe ARIÉS, “o medo de não ressuscitar traduzia, na linguagem cristã, o medo ancestral de morrer sem sepultura” (p. 36).

⁶ Magia baseada na comunicação com os espíritos celestes.

Segundo ARIÉS, os autores eclesiásticos mais esclarecidos respeitavam que o poder de Deus “era tão capaz de reconstruir os corpos destruídos como de recriá-los” (p. 37), mas no primeiro século não conseguiram persuadir a opinião popular, na qual havia um forte e vivo sentimento da unidade e da continuidade do ser. Além disso, a opinião popular não conseguia distinguir “a alma do corpo, nem corpo glorioso do corpo carnal” (p. 37).

Deixando de lado as divergências relacionadas à doutrina cristã e costumes pagãos, pode se afirmar que o que caracterizou a mentalidade cristã sobre a morte no período estudado por ARIÉS foi o seu enfrentamento da morte pela fé na ressurreição.

1.3 O significado da morte para a sociedade cristã ocidental

A sociedade cristã ocidental pouco variou nos significados que deu à morte, pelo menos até o século XVIII. Sempre houve uma postura destemida, a qual Phillippe Ariés chamou de “a morte domada”.

Para outros autores, no entanto, essa atitude de não demonstrar medo ante a morte pode ser uma forma de esconder o próprio medo em relação a ela.

Segundo Jean Delameau, em *História do Medo no Ocidente* (2009), em muitos momentos na literatura europeia os personagens são mostrados como imunes ao medo. Mas suas práticas, atitudes e feitos demonstram enfrentar aquilo que temem ao extremo e, por isso, precisam se resguardar. Uma forma de refúgio às inúmeras situações de risco, aos inúmeros medos que rodeiam o homem. Talvez por essa ausência do medo, ou pela perpétua presença dele, a sociedade medieval cultuava tanto seus mortos. Era uma forma de estar em contato constante com sua ascendência. Isso explica o fato de que muitas vilas, e posteriormente Igrejas, foram instaladas em torno dos cemitérios.

Na análise de Phillippe Ariés (*Op. Cit.p. 34*), durante milênios a atitude diante da morte se manteve quase inalterada e traduzia uma resignação espontânea ao destino e à natureza. Complementa o autor que ante as sepulturas e aos ritos fúnebres havia a mesma familiaridade indiferente.

Ainda no entender de ARIÉS, essa atitude aparece bem delimitada em um período relativamente longo da história: tem seu início em torno do século V depois de Cristo e desaparece no final do século XVIII, sem deixar traços nos hábitos contemporâneos. Esse período, da morte domada, foi marcado pela penetração dos

cemitérios nas cidades e vilas – é uma aceitação natural do fenômeno morte, porém marcada por uma mistura e uma espécie de reverência dos vivos aos mortos.

ARIÉS cita documentos judiciais do fim do século XVIII (p. 29) que demonstra qual era o pensamento popular da época. De acordo com ele, era uma mistura de insensibilidade, resignação e familiaridade. Depois de suas observações sobre um autor do século XVIII que descreve em um documento os últimos momentos de um condenado à morte, conclui o seguinte: “O melhor comentário dessa cena não seria aquele já citado por Nicole Castan: “O moribundo [supliciado] dá a impressão de aceitar a fatalidade” (p. 31).

Com o passar do tempo à problemática da morte foi relegada aos ritos eclesiásticos e, desta forma, surgiram interesses econômicos diversos em torno da matéria. Os benefícios desses negócios alcançavam inúmeros setores da sociedade, principalmente os mais abastados, como nos informa LAWERS:

O culto dos mortos participava desta forma da reprodução dos poderes senhoriais, da redistribuição dos bens na sociedade, da manutenção de certo equilíbrio entre as duas vertentes da classe dominante, laica e eclesiástica, e da proteção da paz social. (LAWERS, 2006, p.79)

De acordo com este autor, que faz uma abordagem mais voltada para os aspectos econômicos, os costumes e ritos inerentes à atividade fúnebre foram se desfazendo ao longo do século XIII. Para ele, devido ao processo de êxodo rural e urbanização da sociedade os mortos não detinham mais um espaço cativo entre os vivos. A aproximação com os antepassados estava se exaurindo e o culto aos mortos se mantinha como forma de afirmar a posição social, como era no caso da realeza.

Os cemitérios que eram rodeados pelas vilas passaram a rodear as cidades, acompanhando o crescimento destas. Os ritos, que eram familiares e que haviam passado ao comando da Igreja, voltavam ao seio doméstico, muito embora houvesse inúmeros setores que ainda deixavam a morte por conta dos eclesiásticos, e, por isso, doavam quantias consideráveis, no intento de alçar um bom lugar do outro lado.

Com relação à concepção da morte no Brasil, aporta-se nos trabalhos de DA MATTA (1999) e REIS (2009). O primeiro trás uma análise sobre a sociedade

moderna, demonstrando como os ritos de passagem para o outro mundo mudaram após a individualização da sociedade. Segundo o autor, o culto, como era exercido nas sociedades antigas e “tribais”, é pouco posto em prática hoje em dia.

O trabalho de REIS (2009) sobre o Brasil oitocentista nos conta como os ritos fúnebres eram carregados de simbolismos e como tomou um sentido inverso ao exposto sobre a sociedade medieval. A morte era “celebrada” por todos, independentemente se conhecia ou não o defunto. Os velórios eram repletos de transeuntes, que eram convidados a velar pela alma do indivíduo.

Os brasileiros faziam da participação nessas cerimônias obrigação de fé, se não um dos passatempos prediletos, conforme o testemunho dos viajantes estrangeiros, os quais, preconceituosos, principalmente os protestantes, esquecidos de que em seus países um dia a morte foi assim celebrada, viam naquilo indício de atraso brasileiro ou superstição católica. A capacidade de mobilizar muita gente, por exemplo, era um sinal de prestígio do morto e sua família, um símbolo de poder secular, e ao mesmo tempo uma proteção extra para a alma do defunto, que podia se beneficiar das rezas da multidão. REIS (2009, p. 116-117).

Há que se considerarem três pontos relevantes sobre a passagem acima. O primeiro se relaciona à socialização do rito fúnebre e à necessidade de contar com várias pessoas no leito de morte. Era essencial que a pessoa tivesse uma “boa morte” e para isso far-se-ia necessário que tudo estivesse pronto. Também era fundamental que a pessoa não estivesse sozinha na hora de sua partida. Com isso o autor nos mostra como foi surgindo a proposta de individualidade da sociedade, que antes era sujeita a toda uma prática ritualística, mas que agora se encontra fragmentada, onde os indivíduos seguem cada qual seu próprio caminho. “(...) Em outras palavras, não há nenhuma mediação realizada por meio das relações pessoais, tornando-se diretas as falas do homem com Deus!” (Idem, *Ibidem*. 98).

O segundo aspecto diz respeito aos protestantes, que viam os ritos brasileiros como “superstição católica”. Isso se deve ao fato, como nos informa DA MATTA (1999), do levante protestante que pretendia abolir os inúmeros ritos católicos, tornando o homem mais individual e confiante em sua própria condição, ou seja, “Agora o homem está só diante dos outros homens e de Deus, e será inteiramente responsável por sua salvação” (p. 98).

No Brasil do século XIX a Igreja ainda tinha certo domínio sobre a sociedade, e os ritos fúnebres eram comandados por ela (tal qual acontecia na Europa até o século XIII). A presença de um padre, e dependendo da condição do

defunto, dezenas de padres eram indispensáveis, de forma a garantir a execução dos sacramentos, possibilitando ao morto uma passagem tranquila ao reino do “Além”.

Conforme nos informa Reis (2009), os cidadãos que não eram de boa índole, ou que não tiveram uma vida proba, tentavam, em seu leito de morte, o último perdão, confessando seus pecados, era a busca de não ter uma *post mortem* ruim.

Outro aspecto relevante da cultura fúnebre brasileira deriva do fato de que a preocupação não era com a morte em si, mas com a condição com que o morto está. Podemos ver isso nos relatos dos viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil no Século XIX, expostos nos trabalho de Reis (2009).

Como forma de garantir uma boa morada a seus entes, muitas famílias enterravam-nos nos territórios das Igrejas, Conventos... Ou seja, a morte não era o problema. O problema era como seria o velório e enterro do morto. Sobre isso, DA MATTA (1999) tem uma posição bastante interessante da sociedade brasileira como um todo, quando diz respeito à linha paradoxal entre saudar a morte e saudar os mortos.

... todas as sociedades têm de dar conta da morte e dos mortos, mas há um padrão visível quando se lança os olhos sobre a questão. De um lado há sistemas que se preocupam com a morte, de outro há sistemas que se preocupam com o morto. É claro que não se pode estabelecer um corte radical, mas há uma tendência para ver a morte como importante, descartando o morto; e uma outra que tende a ver o morto como básico, descartando obviamente a morte. (DA MATTA, 1999, p. 98)

Para o autor, o caso brasileiro tende ao segundo sistema, onde o morto “recebe” mais importância que a própria morte. “(...) *E isso implica uma estranha condição, porque falar dos mortos já é uma forma sutil e disfarçada de negar a morte, fazendo prolongar a memória do morto e dando àquele que foi vivo uma forma de realidade*” (Idem, p. 103).

Essa condição de posterizar a memória do morto como forma de negar a morte funciona como um mecanismo contra o medo do seu próprio inevitável. Transformar o funeral em uma festa, como informa Reis (2009), pode ser encarado como um alento, como uma forma de a sociedade fugir do mal irremediável, tentando adiá-lo, mas que, ironicamente, serve também de preparação para quando o momento chegar.

1.4A sociedade moderna em sua relação com a morte.

O termo da vida está presente, sem exceção, no cotidiano de todos e era, no início dos tempos, discutido abertamente, mas se tornou proibido no século XX. A morte envolve não só aspectos subjetivos – como os mistérios, o medo e a dor – mas também outros aspectos, mais pragmáticos, como os rituais fúnebres. Essas considerações mais objetivas relacionadas à morte são normatizadas em todo o mundo, pois é uma forma de regulamentar o processo de urbanização e a assepsia de determinado local (SILVA e SANTOS, 2006).

Como já dito em sede de introdução, a morte é percebida como um mistério para a maioria dos povos, apesar de ser uma etapa pela qual todos têm de passar e realidade com a qual tem de conviver.

A história dos rituais fúnebres é importante para que se possam compreender as diversas culturas existentes, de acordo com cada lugar e, ainda, as mudanças vinculadas às atitudes das pessoas em relação à morte.

De acordo com SILVA e SANTOS (2006), enquanto acontecimento social, a morte só começou a ser cientificamente estudada no final do século XIX, por antropólogos britânicos pertencentes à escola evolucionista. Nessa escola, o tema morte era um tópico complementar à religião.

Os evolucionistas, segundo VILLAR (2000), acreditavam que a origem da religião fundamentava-se na atitude de buscar o entendimento de maneira racional, da perspectiva do próprio fim. A imortalidade humana e a crença na alma humana eram acentuadas.

Outra abordagem, diferente da evolucionista, ganhou espaço nas ciências sociais, como a do francês Emile Durkheim, a partir da qual a morte passou a ser entendida como:

[...] um elemento desestabilizador, como momento de ruptura. Os efeitos da morte são vistos, por estes estudos, como temidos pela sociedade, pelo risco que correriam através do desespero individual e coletivo, o que poderia ocasionar o risco de desagregação social. Estes estudos viam na religião uma das instâncias fundamentais do reequilíbrio social, através das formas de introjeção do morto às normas sociais, pelos ritos da passagem do corpo morto, e de sua alma, para estágios seguintes ou diferenciados dos dos vivos, o que tranquilizava os que permaneciam vivos, e a sociedade poderia assim retornar ao seu ritmo cotidiano. A religião, assim, consistia em ser, para esses estudiosos, preventiva da desordem. (VILLAR, 2000, p. 37).

Sob o aspecto religioso, os evolucionistas voltam seus estudos para a origem da religião; os funcionalistas, para os efeitos.

Em relação às atitudes do homem ocidental perante a morte, o historiador francês Philippe Áries (apud SANTOS, 2000), caracteriza quatro reações distintas. A primeira delas é a morte domesticada, cujo comportamento era determinado pela tradição, pelo costume; não se separava, aí, o homem da natureza; Em seguida, o homem passa a ter reconhecimento da sua própria existência. É a morte por si própria;

A terceira atitude do homem perante a morte, uma postura contemporânea, é a morte do outro, o culto dos mortos, em que não se admite a separação do outro;

Por fim, tem-se a morte interdita, em que a morte passa a ter a interdição e o controle dos hospitais e médicos.

Assim, como as atitudes do homem em relação à morte foram mudando, conseqüentemente, os rituais fúnebres também sofreram algumas transformações.

Nas palavras do próprio ARIÉS (1981. p. 31), “A atitude antiga em que a morte está ao mesmo tempo próxima, familiar e diminuída, insensibilizada opõe-se demais à nossa, onde nos causa tanto medo que nem ousamos dizer-lhe o nome.”

José Luiz de Souza Maranhão, em *O que é morte?*, aponta para resquícios de antigos costumes referidos por Phillippe Ariés. Para MARANHÃO, até as primeiras décadas do século XX, a própria pessoa, pressentindo a proximidade da morte, adotava

[...] os atos cerimoniais estabelecidos, deitava-se no leito de seu quarto donde presidia uma cerimônia pública aberta às pessoas da comunidade[...] sem dramaticidade ou gestos de emoção excessivos. O moribundo dava as recomendações finais, exprimia suas últimas vontades, pedia perdão e se despedia. (MARANHÃO, 1985, p. 07)

No período da alta idade média, como já retratado, a morte inesperada era desonesta como uma maldição, pois, além de não permitir arrependimento, privava o homem de se organizar, de se despedir e de presidir sua morte. No excerto de MARANHÃO se percebe que essa atitude perdurou até o século XX.

A partir dos anos 30 e 40 do século XX, ainda de acordo com MARANHÃO (1985), a morte passou a ser encoberta e tem-se como ideal a ignorância de que o fim se aproxima. Nesse sentido, os familiares e os médicos cuidam disso. Para os católicos, por exemplo, o padre só é chamado ao leito do moribundo quando

inconsciente ou já morto. A “extrema-unção deixou de ser o sacramento dos enfermos para ser o dos mortos”. (MARANHÃO, 1985, p. 12)

Ainda na esteira do que discorrem SILVA e SANTOS, os estudos sobre a morte e os rituais fúnebres fazem parte da História das Mentalidades e da Nova História e se preocupam com outros aspectos, além do político, de uma população, ou seja, com aspectos sociais e culturais. Desse modo, as mudanças que foram ocorrendo, com o passar do tempo, na forma de encarar e realizar os atos fúnebres refletiu também, de certa forma, na elaboração de leis que disciplinam as condutas e o modo de sepultar os mortos, de acordo com cada região no país.

Todo esse conjunto de variáveis (legais, econômicas, sociais, culturais) parece tentar preencher o lugar da religião. Com a morte sendo relegada ao segundo plano (ou a plano nenhuma), e o morto sendo tratado por outros aspectos, principalmente o legal e o econômico, o ser humano tende a esquecer de sua própria finitude e deixa de se preocupar com o *pós mortem*. Nesse contexto cabe retomar a análise do argumento do apóstolo Paulo:

[...] E, se não há ressurreição de mortos, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, logo é vã a nossa pregação, e também é vã a vossa fé. E assim somos também considerados como falsas testemunhas de Deus, pois testificamos de Deus, que ressuscitou a Cristo, ao qual, porém, não ressuscitou se, na verdade, os mortos não ressuscitam. Porque, se os mortos não ressuscitam também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé, e ainda permaneceis nos vossos pecados. E também os que dormiram em Cristo estão perdidos. Se esperamos em Cristo só nesta vida, somos os mais miseráveis de todos os homens. [...] se os mortos não ressuscitam, comamos e bebamos que amanhã morreremos (1 Coríntios 15:12-32).

Segundo o exposto, para São Paulo, não crer na ressurreição (ou esquecer-se dela, vivendo sem a perspectiva do fim) equivale a anular a fé em Deus. O apóstolo ainda argumenta que se ainda assim se mantém a fé, Cristo só teria serventia para coisas dessa vida, e isso, na colocação paulina, faz do indivíduo o mais miserável dos homens. Só lhe restaria os prazeres daqui, ou seja, comer e beber e depois esperar a morte.

Não entrando em minúcias teológicas, o que se pode concluir brevemente da análise desse argumento é que a atitude moderna de não pensar na morte, de assustar-se diante dela, de fugir dela, de negá-la, retrata exatamente a dificuldade de crer na ressurreição ou em qualquer outra saída para o inevitável termo da existência terrena. Retrata o desespero ante a morte.

Isso reflete diretamente a forma como as religiões (especialmente o cristianismo) modernamente expressam seus ensinamentos e como a fé se manifesta no seio da sociedade atual, o que se pode observar facilmente na exposição midiática dos conteúdos veiculados pelas igrejas. Nessas manifestações religiosas, tanto católicas quanto protestantes, as religiões apresentam grande mudança de discurso se comparadas com os ensinamentos do apóstolo Paulo ou mesmo dos cristãos dos primeiros séculos.

O que se dá é a perda da religião enquanto essência supridora da razão existencial, passando a assumir uma postura fomentadora da prosperidade material individual, o que reflete a falta de esperança na vida futura.

Assim, a mentalidade moderna inerente à morte influenciou a religião, a economia, o direito, as relações sociais, enfim, todos os âmbitos da vida humana. Diante disso, o questionamento que fica é: foi a mudança de postura diante da morte que mudou a concepção das coisas, especialmente da religião, ou teria sido a mudança na relação do homem com Deus que transformou a maneira de lidar com a morte? Mas essa pergunta não será respondida aqui, é tema para outra pesquisa.

Contudo, o que se pode asseverar sem nenhuma dúvida é que a pesquisa histórica, mormente quando se busca compreender as imagens predominantes em cada época, pode revelar como os homens vêem, interpretam e lidam com o fenômeno da morte, e de que maneira essa visão interfere nas suas relações sociais, religiosas e até mesmo econômicas.

O resultado que se vislumbra até aqui é que a relação do homem com o fim de sua própria existência terrena permaneceu quase inalterada por mais de mil anos, desde o primeiro século até o século XV. Nesse período a morte era considerada e abordada cotidianamente e seu temor era aplacado pela fé na ressurreição. Mudanças significativas somente começaram a ser introduzidas por volta do século XV (advento do Renascimento e introdução das ideias humanistas), quando aflorou exacerbadamente o “amor pela vida”, por “tudo que é da terra” e “pelo apego cada vez mais exclusivo por uma vida somente humana”. É nesse contexto que Phillippe Ariés cita A. Tenenti, para o qual “os que anteriormente eram cristãos reconheceram-se mortais: exilaram-se do céu, porque já não tinham força de acreditar nele de forma coerente” (ÁIRES, 1981. p. 138).

Apesar de grande número de pessoas cristãs preservarem a fé primitiva segundo expõem as escrituras bíblicas, a tendência moderna caminha, mesmo entre

os que se declaram cristãos, no sentido de um aumento progressivo a esse apego aos bens da vida terrena, de modo que hoje, como afirmou REIS em trecho já mencionado, a morte se tornou um tabu.

Como já visto, a cultura em torno da morte e dos mortos é também responsável pela formação de diversos costumes e práticas, especialmente quanto ao local onde se deva depositar os corpos: os cemitérios.

Phillippe Ariés, em sua obra já largamente citada neste trabalho, mostra que o local onde se depositavam os mortos mudou no compasso da mentalidade de cada época. Inicialmente, nos primeiros séculos depois de Cristo, cada família cuidava dos seus mortos, enterrando-os, geralmente, em campo próprio, fora da cidade, como herança da cultura judaico-cristã. Com o passar dos anos, depois de ser o cristianismo declarado religião oficial do Império Romano, as crenças dos povos colonizados influenciou o modo de viver cristão, e muitos ritos e cuidados relacionados ao defunto e à sepultura foram absorvidos.

Dentre essas novas crenças estava a de que a vizinhança física dos corpos dos fiéis com os dos mártires traria efeitos benéficos para a alma. Os cemitérios, então, passaram a existir dentro das cidades e até mesmo dentro das igrejas. E “foi o túmulo dos mártires que atraíram as sepulturas” (ARIÉS, 1981. p. 38). Nas palavras de ARIÉS, 1981:

Assim se vê a inscrição de um subdiácono: “Àquele cujos ossos repousam neste túmulo, que mereceu ser associado aos sepulcros dos santos: que os furores do tártaro e a crueldade de seus suplícios lhe sejam polpados.”

[...]

Foi assim que os túmulos dos mártires atraíram as sepulturas, e como os mártires tinham sido em geral enterrados nas necrópoles comuns fora das cidades, as velhas zonas funerárias pagãs forneceram ao cristianismo seus pontos mais antigos e mais venerados. (p. 38).

Dessa forma foi se consolidando o costume de enterrar na igreja os corpos, especialmente os dos crentes. Para fundamentar essa ideia Phillippe Ariés cita Humbert de Bourgoigne, que “opunha aos pagãos enterrados em qualquer parte, os cristãos enterrados exclusivamente “em lugares venerados e públicos, destinados a esse uso e consagrados para essa finalidade”” (ARIÉS, 1981. p. 45). Com esse pensamento estabeleceu-se o costume, que duraria por séculos, de reunir os corpos dos cristãos em torno das igrejas, especialmente aquelas construídas sobre relíquias dos santos (restos mortais de mártires). Isso se tornou um traço específico da civilização cristã (ARIÉS, 1981. p. 45).

No entanto, nunca foi unânime essa mentalidade entre os cristãos. ARIÉS cita os vaudois (denominação cristã fundada em Lyon, em 1179, por Pierre Valdo) e os haussitas (partidários das doutrinas ensinadas por Jean Hus) para os quais “não importava a terra em que se amortalhavam os mortos, fosse sagrada ou profana” (Idem, *Ibidem*). Santo Agostinho também manifestava indiferença quanto à devoção que se dava aos mortos e aos túmulos. Para ele havia nessa prática alguma filiação às magias funerárias africanas. “Insistiu muito no fato de que as honras funerárias devidas aos mortos serviam principalmente ao consolo dos vivos” (p. 46, *Op. Cit.*).

Contudo, essas reservas foram logo esquecidas na idade média e predominou a crença de que o efeito da oração ficava aumentado se feita perto dos túmulos dos mártires. Ia se consolidando, portanto, a cultura do cemitério como não apenas simples reservatórios de corpos mortos, mas antes lugares santos ou sagrados.

A partir do século XVIII muda-se a cultura em relação à morte, e se altera também a forma de lidar com o lugar onde se depositavam os mortos. A exemplo disso, João José Reis, em *A Morte é uma Festa*, relata que em 1836, no estado da Bahia, Brasil, foi expedida uma lei proibindo o tradicional costume de enterrar os mortos nas igrejas e concedendo a uma empresa privada o monopólio dos enterros. Apesar da forte resistência, em um movimento que ficou conhecido como a Cemiterada, era o início de uma nova forma de lidar com os mortos. Os cemitérios passaram a ser oficiais, regulados pelo governo e sujeitos a normas de ordem pública.

Capítulo 2

2.1- O Cemitério Como Fonte Histórica

Com o estudo da historiografia percebe-se que o cemitério como fonte histórica possibilita uma série de segmentos, a exemplo disso pode-se destacar o fato que o cemitério pode ser fonte de estudo das crenças religiosas, da expressão da ideologia política, da distribuição de renda de uma comunidade, dentre outras.

Segundo Bellomo, cada civilização ao longo dos tempos apresentou sua própria maneira de resolver o problema da morte.

Pirâmides, túmulos subterrâneos, templos funerários, catacumbas, cremações, rituais funerários tem sido usados como tentativa de conservar os corpos e preservar a memória dos mortos. (...) O cristianismo, com sua mensagem de ressurreição criou uma nova concepção de como vencer a morte e preservar a memória dos mortos. Assim surgiram os cemitérios "cristãos", sugestivamente também chamados "campos santos". (BELLOMO, 2008, p.228)

De acordo com Bellomo a morte igualitária só existe na teoria, pois o que se vê é que a morte acentua com forte expressão as diferenças sociais e, por conseguinte é dentro do cemitério que a sociedade projeta seus valores, bem como suas crenças, ideologias e, sobretudo, as estruturas socioeconômicas.

Os cemitérios reproduzem geografia social das comunidades e definem as classes sociais. Existe a área dos ricos, onde estão os grandes mausoléus, a área da classe média, em geral com catacumbas nas paredes, e a parte dos pobres e marginais. (BELLOMO, 2008 p.228)

Segundo Philippe Ariès (1981,p.45) o cemitério também é considerado uma evolução tanto no que diz respeito à prática como à doutrina e do direito. Pois o cemitério é o resultado de uma nova concepção do aspecto sagrado dos mortos, haja vista que na Antiguidade os mortos eram enterrados em suas próprias propriedades, vale ressaltar que este costume persistiu até o século XVIII.

Tem-se compreendido que o cemitério é um campo onde várias áreas do conhecimento podem ser analisadas. De acordo com Bellomo, os cemitérios nos

permitem conhecer a formação étnica dos mortos, bem como nos permite também o estudo de genealogia.

Analisando os nomes das famílias e as fotografias, podemos saber a origem e a raça dos povoadores da área. (...) O estudo dos nomes presentes nos túmulos, especialmente das sepulturas coletivas onde aparecem várias gerações, nos mostra as relações familiares e a presença de endogamia ou exogamia. (BELLOMO, 2008,p.229)

Sendo o cemitério um campo vasto de informações é evidente que há preservação da memória familiar e, conseqüentemente, da comunidade. Nesse contexto é importante o que nos mostra Bellomo,

A memória coletiva é fundamental para a formação da identidade e da coesão da família ou da comunidade, a análise das inscrições, fotos, datas, títulos e dos dados pessoais ou profissionais, nos leva a conhecer a atuação das varias gerações e o processo histórico local. (BELLOMO, 2008. p.229)

No que se refere à arte funerária nos cemitérios é notório que entre a ideologia cristã e a representação artística existe de fato uma sintonia. A morte do ponto de vista do cristianismo tem uma perspectiva de vida eterna, assim sendo as representações com temática cristã se sobressaem às demais. Como relata Bellomo,

As representações com temática cristã seguem, em geral, os padrões da arte neoclássica, inclusive as estátuas de Cristo e dos santos. As figuras de Cristo (...) devem expressar espiritualidade, grandeza, personalidade, bem como característica de santidade, profundidade de sentimentos, dor e sofrimento sereno (BELLOMO,2008,p231)

Ao longo da história o cemitério apropriou-se de vários significados. Nesse contexto destaca-se a ideia de praça pública, assim como também a ideia de espaço reservado exclusivamente aos mortos.

O cemitério medieval não era apenas o lugar onde se enterrava (...). O cemitério era, como a igreja, o centro da vida social. (...) O primeiro sentido não funerário da palavra cemitério foi, portanto, o de um lugar do asilo em torno da igreja (ARIES,1981,p.67)

Também na Idade Média, Jacques Le Goff relata que “o mundo era considerado um local de combate contra o diabo, um combate pela salvação da alma”. (LE GOFF, 2002, p.22). Entende-se que nesse combate elementos mentais

interferiam em ações materiais, assim como em aspectos religiosos e, todos estes alteravam e modificavam o comportamento social das pessoas.

No que se refere ao comportamento das pessoas em relação à morte na Idade Média algo que se destaca é o fato que a grande preocupação do homem medieval não era simplesmente morrer e, sim morrer de repente, ou seja, subitamente, sem ter a chance de praticar todos os ritos sagrados. Estes ritos eram professados pela Igreja Católica, como nos mostra Franco Junior.

(...) a grande tragédia não era morrer, mas morrer inesperadamente, sem ter confessado, recebido os sacramentos, feito doações esmolas, e estabelecido o testamento. (FRANCO JUNIOR, 2005. p.137)

É importante ressaltar que na Idade Média cemitério e igreja se confundiam, haja vista que os mortos eram enterrados tanto no interior das igrejas quanto no seu pátio. Esse rito sagrado, assim como os outros, tinha um significado.

Segundo ARIÈS, as pessoas na Idade Média acreditavam que se enterrados nestes lugares estavam protegidos, “...uma vez enterrados perto dos santo e mártires estes guardavam os mortos em seu derredor protegendo-os do inferno”. (1981, p.153)

No que concerne às representações sobre a morte é sobretudo importante ressaltar que a partir do século XII ocorreram varias mudanças significativas. Entre estas mudanças está o fato que a igreja passou a intermediar a ascensão da alma ao paraíso celeste e, com isso, ao invés da certeza passou a existir a incerteza do que aconteceria após a morte. Diante desse panorama a morte torna-se uma vilã e os medievos passaram a vê-la como uma realidade trágica e destrutiva. Philippe Ariès enfatiza que,

(...) homem medieval sente que a confiança primordial está alterada; o povo de Deus está menos seguro da misericórdia divina, e aumenta o receio de ser abandonado para sempre ao poder de satanás. (ARIÈS, 1981. p.163)

Outra mudança significativa ocorrida no século XII em relação à representação da morte está diretamente ligada às técnicas materiais, ou seja, como consequência destas mudanças o homem medieval passou a viver melhor e, devido essa melhoria o homem passou a querer viver mais.

(...) no século XII, com os progressos materiais da sociedade cristã ocidental e com o desenvolvimento do individualismo, foi mudando a

postura a respeito da morte. O homem passara a viver melhor e queria viver mais. A morte foi deixando de ser uma amiga que o encaminhava para a eternidade para se transformar numa inimiga que o afastava de tudo que conseguia ou pensava a vir conseguir neste mundo. (FRANCO JUNIOR, 2005. p.137).

Os cemitérios tornaram-se um campo de estudo bastante fortuito, uma vez que ali passaram a ser um espaço de relações sociais entre os vivos e os mortos, o que antes acontecia no interior das igrejas, uma vez que fazia parte do “Manual da Boa Morte” que o defunto fosse enterrado em solo sagrado, daí assegurando uma partida melhor para o paraíso.

Essa mudança de local dos enterros, em especial aqui no Brasil, decorreu das medidas higienistas tomadas no final do século XIX, que pretendia um lugar específico para o enterro dos entes queridos.

Logicamente que as mudanças não foram bem aceitas pela população, como nos informa Reis (1991) a respeito de um “cemiterada”, contra a implantação de um cemitério em Salvador-BA.

O autor nos mostra o cenário político e cultural em que se envolviam as pessoas a respeito desse levante. De um lado estava a população que há muito enterrava seus mortos nos tempos eclesiásticos ou em suas propriedades, e do outro lado o governo, juntamente com uma entidade privada que deteria o monopólio dos enterros durante 30 anos, visando a medidas higienistas para a população.

Após a instauração dos cemitérios esses passaram a ser espaço de “convivência”, e nos primeiros cemitérios do Rio de Janeiro, como nos informa Motta (2009), dava pra ver claramente a distinção social tumular, entre as ruas das Necrópoles. Em seu estado sobre as “Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros”, o autor nos diz como se deu esse processo de adequação da sociedade em face desse novo espaço, bem como as mudanças ritualísticas da morte, onde o defunto não era mais velado e/ou sepultado em casa, bem como, em alguns casos, que nem sepultados eram, pois seu corpo era cremado.

Sobre isso, Mottanos diz que:

Nas sociedades ocidentais buscou-se sempre preservar ou guardar os vestígios dos mortos, seja por meio da construção de túmulos monumentais, como em algumas civilizações do passado e também nos primeiros cemitérios secularizados, seja em suas versões contemporâneas, nos cemitérios-jardins ou nos cemitérios verticais, nos quais apenas se afixa o nome do morto para identificar o local de sepultamento. Atualmente, em sua forma de expressão menos

convencional, os vestígios do morto são apenas confirmados pela gestão afetiva da memória, quanto o túmulo não é mais inscrição do corpo a um determinado lugar, quando o cadáver é cremado e suas cinzas espargidas no ar. (MOTTA, 2009, p.73)

Exatamente por guardar esses vestígios é que os cemitérios se constituem verdadeiros “livros” dinêmicos, que a cada dia se escreve, a registrar os sentimentos, as crenças, o perfil étnico/social, o padrão econômico e a distribuição da riqueza de um povo em determinado tempo. Os cemitérios tornam-se, portanto, uma rica fonte de pesquisa histórica e de análise da mentalidade de uma sociedade, especificamente quanto ao tema que mais lhe diz respeito: a morte.

2.2 O cemitério São Lázaro e seus conflitos.

O Cemitério Municipal São Lázaro foi criado há mais de 40 anos e possui um espaço de 01 hectare. No seu quadro administrativo conta com quatro zeladores, três gaveteiros, um vigilante, um assistente e um administrador. A entidade gestora do cemitério é a Fundação de Atividade Municipal Comunitária - FUNANC. Seu estatuto foi criado em 1983, na administração do prefeito João de Souza Lima. Entre as receitas destinadas à FUNANC estão àquelas referentes ao Cemitério São Lázaro que, de acordo com o estatuto, se dá por meio de área vendida para sepultura, de 10% do valor da comercialização de órgãos por empresas particulares e de taxa sobre a exploração de serviços funerários.

O Cemitério Municipal de Araguaína São Lázaro não realiza novas aberturas de túmulos. A área de aproximadamente um hectare já esta completamente ocupada. Há quase 40 anos em funcionamento, os gestores não se preocupam em aumentar o terreno, nem mesmo em abrir outro cemitério na cidade. Sem opção, pessoas acabam caindo em golpes que, segundo Raimundo Costa, administrador do cemitério municipal, tornaram-se corriqueiros. Trata-se de oferecimento de terrenos e gavetas que jamais serão entregues, aproveitando-se da vulnerabilidade da família no momento de luto.

Para evitar maiores problemas, Raimundo alerta a comunidade: para que “não comprem terrenos e nem aceitem ofertas de sepulturas no Cemitério São Lázaro. Aqui não há mais espaço. Só têm utilizado o cemitério, as pessoas que já possuem terreno ou que tem familiares enterrados.” Sobre o caso, a Prefeitura publicou decreto nº 067/2011, onde determinou a proibição de aberturas de novas

gavetas e sepulturas no Cemitério São Lázaro, exceto para pessoas que já possuam terrenos ou familiares sepultados.

A administração também atenta para a regularização da documentação dos familiares dos falecidos. Para que o indivíduo seja sepultado no cemitério municipal deve ser apresentado o certificado de utilização do terreno. Caso não possua é preciso se dirigir à Fundação de Atividades Municipais Comunitárias (FUNANC), que funciona no prédio da Prefeitura. A apresentação do documento é obrigatória para realizar o sepultamento. Ainda de acordo com Costa, a Prefeitura tem realizado estudos para implantar um novo cemitério. Enquanto isso não acontece, algumas possibilidades são apresentadas. O cemitério particular Jardim das Palmeiras tem atendido às necessidades da comunidade carente. Já que a Prefeitura tem direito a 15% da área do local. Neste caso, cabe à assistência social da FUNANC avaliar a carência e reais necessidades.

Dentro do contexto apresentado acima se percebe que o rápido crescimento da cidade de Araguaína, a partir da década de 1970, aconteceu de forma desordenada, provocando assim inúmeros problemas, como a falta de espaços no cemitério. Como escreve SANTOS (2008:18): ...”Araguaína tem uma infraestrutura precária para suportar o aumento da população, e até mesmo o desenvolvimento econômico não tem sido aproveitado pelo poder público no sentido de organizar a cidade.

2.3 - Representações da morte no Cemitério São Lázaro.

No Cemitério São Lázaro, assim como em qualquer outro, é fácil perceber o sentimento de negação, bem como de aceitação da morte, através das representações ali encontradas. Harry Rodrigues Bellomo ilustra essa situação:

(...) Quando um morto é representado, no túmulo, através da estatua de um anjo, podemos dizer que isso significa a aceitação da morte se admitirmos que a família considera a morte terrena de seu ente querido como um fato consumado; o falecido agora é um anjo; vive em outro lugar, junto de Deus, não é mais um ser humano. Porém, quando o finado é representado em uma estatua na forma de um ser humano, é possível concluir que temos uma manifestação do sentimento de negação da morte, pois, na memória da família, o falecido continua vivo, com suas particularidades e história de vidas terrenas. (BELLOMO, 2008, p.66)

Há também outra situação que representa a negação da morte, esta se apresenta quando não se aceita a morte como fim da existência e, sim como uma passagem para outro mundo. Nesse contexto destaca-se a concepção de MORIN, quando afirma:

(...) renascimento, reencarnação, metempsicose implica (...) a salvaguarda da individualidade que morre e renasce através de metamorfoses naturais. Alguém pode vir a ser a criança, velho, planta, animal, bom, mau e, no entanto, continuar sendo o mesmo (...) sempre o mesmo indivíduo ressuscita e continua, e continuará sempre e sempre a renascer. (MORIN apud in BELLOMO, 2008, p.66/67)

Diante disso, entende-se que a morte também é vista como uma passagem para outra vida, ou até mesmo uma vida sobre-humana.

Tendo como foco o Cemitério São Lázaro em Araguaína, nota-se facilmente as representações que indicam negação, assim como, as que indicam aceitação, como já ressaltado. Constata-se isso tanto nas lápides como na estrutura dos próprios túmulos. Ao visitar o cemitério em questão se vê essas representações também em datas comemorativas, pois muitos entes dos falecidos visitam os túmulos e deixam ali sempre algo que remete à data. Por exemplo: próximo ao Natal deixam enfeites natalinos; próximo de seus aniversários, deixam bolos de aniversário, presentes, etc. Nesses casos a negação é clara, pois agindo assim os parentes do morto ainda o consideram um membro da família.

É uma representação explícita da negação da morte, mostrada em certas datas comemorativas – aniversários, nascimento, casamento e feriados como finados, natal, páscoa, etc. – as pessoas deixam a “cegueira” um pouco de lado e dirigem-se aos cemitérios para cultuar seus entes queridos já falecidos, nem que seja apenas uma ou duas vezes por ano. Neste caso, é como se o morto ainda estivesse vivo e participasse das comemorações do natal, como todos os membros vivos da família. (BELLOMO, 2008, p.68)

No cemitério São Lázaro existem também as famosas “casas”. Onde os entes vivos cultuam seus entes que já morreram. Essas casas têm suas estruturas tanto suntuosas como também bem simples. É partindo desse pressuposto que o cemitério é também chamado de “morada dos mortos”. Nessas “casas” encontram-se objetos pertencentes ao morto, reproduzindo um ambiente onde os vivos possam chegar e sentir-se como se estivessem realmente visitando um parente. Em algumas é possível ver, entre outras coisas, poltronas e cômodas que pertenceram ao falecido. BELLOMO (2008, p.14) afirma: *“É a própria negação da morte; o morto*

habita uma casa como se ainda estivesse vivo. E seus parentes vão cultuá-los num espaço que mais parece uma sala de visitas.”

As fotos 1 e 2 mostram uma dessas casas no cemitério São Lázaro.



Foto 1



Foto 2

No que se refere às lápides, verifica-se a existência de uma expectativa de não pôr fim à memória do morto, bem como ao que ele representou para familiares e amigos. Isso leva a entender que há negação da morte e da perda da individualidade. As fotos 3 e 4 representam muito bem esse quadro.



Foto 3

Foto 4

Nos epitáfios no cemitério São Lázaro encontra-se uma vasta ideia da morte, seja de separação, aceitação ou negação. BELLOMO (2008) também destaca alguns desses epitáfios, como exemplo destaca-se: *“Eu amava a vida tanto quanto você. Mas fui chamada cedo. Talvez Deus necessitasse de uma jovem pra uma grande missão”* (BELLOMO, 2008. p.18). Este dá a ideia de que a morte é encarada como uma passagem para outro mundo. *“Sua missão foi cumprida com honra e dignidade. Nos serviu de exemplo. Eternamente, seus filhos”* (Idem, p.21). Neste epitáfio está a ideia de que o morto é exemplo para as próximas gerações, assim também como remete a ideia de que há um ente superior. Outro epitáfio que se destaca é o que dá a ideia de que o próprio morto conforta familiares e amigos: *“Estou agora na maravilhosa morada. Junto à fonte inesgotável da alegria e do amor. Aqui fica minha vida física, o que conta é o espírito. Só eu sei quanto amo vocês. Estou em paz”* (Idem, lbdem).

Entre tantos epitáfios encontramos apenas um, dentro da abordagem do autor onde o pessimismo em relação à vida após a morte é presente, neste caso é a negação não somente da morte física e terrena como também da crença em que a vida após a morte seja algo bom. Eis o epitáfio:

Onde está mãe? Eu te pergunto desolada fitando o teu retrato. Onde estás que não ouço mais tua voz? Onde estás que não sinto mais teu beijo! Onde estás que não velas mais por nós! Será céu esse lugar em que tu moras.

Mas o céu deve ser só felicidade. E eu não creio que possas ser feliz longe de nós em triste soledade. O que me assusta, ó mãe querida, não é a saudade imensa que deixaste; o que me assusta e dói no coração, é saber que foste só, que estás sozinha, que não tens mais ninguém que te afague, que te abrace e te beije num carinho.” (BELLOMO, 2008. p.23).

Outra abordagem que tem suma importância em se tratando de cemitério é a que envolve a questão social. Ao visitar o cemitério São Lázaro percebemos claramente que é um lugar, de fato, de desigualdade social, quebrando totalmente a ideia representada no dito popular: *“depois que se morre somos todos iguais”*. Fato apresentado nas fotos 5 e 6.



Foto 5



Foto 6

Sendo o cemitério um campo de relações sociais, constatou-se que existem, portanto, várias camadas reunidas em um só espaço, independente de a forma tumular em que o indivíduo se encontra. Nesse contexto, entende-se que o cemitério é, de forma bem explícita, um lugar de desigualdade.

No Cemitério São Lázaro em Araguaína, constatou-se também que muitas pessoas se voltam para o cruzeiro (fotos 7 e 8), na intenção de velar por seus entes já falecidos, mas enterrados em outras cidades.



Foto 7



Foto 8

No tocante às expressões de fé e perfil religioso, é possível observar que no cemitério há reunidas diferentes manifestações, mas a mais expressiva se relaciona à cruz, símbolo do cristianismo.

Há também muitas concepções sobre a morte. Essas concepções ficam mais visíveis nos túmulos de cristãos, especificamente protestantes e católicos.

No que se refere à concepção dos protestantes, a morte acontece uma única vez, vindo depois desta o juízo, que definirá o destino eterno do indivíduo. Os protestantes acreditam na existência do céu e do inferno, bem como na necessidade de que em vida a pessoa deva ter atitudes capazes de indicar para onde irá após sua morte.

Nesse sentido afirmou Santo Agostinho no *De Cura pro Mortuis Gerenda*:

Caro Paulino: consideras que, caso a opinião que diz ser útil sepultar os entes queridos junto à sepultura de santos seja verdadeira, então existe uma controvérsia com relação às palavras do Apóstolo que diz: “Todos nós certamente nos apresentaremos diante do tribunal de Cristo, para recebermos a retribuição de acordo com aquilo que fizemos durante a nossa vida corporal, seja para o bem ou para o mal”.

De fato, a sentença do Apóstolo exorta-nos que é antes da morte que podemos fazer o que seja útil para depois dela e não depois que ela ocorre, quando recolhemos os frutos que praticamos durante a vida. (De Cura pro Mortuis Gerenda, Capítulo I)

A concepção cristã protestante de que após a morte não há como se posicionar de nenhuma forma em busca de remissão de seus atos deriva, dentre outros fundamentos, do texto da Bíblia Sagrada em Hebreus 9:27, o qual destaca: *“ao homem foi dado o direito de morrer uma única vez, vindo depois disso o juízo”*.

NO cemitério São Lazaro estão sepultados cristãos católicos, evangélicos, pentecostais e os ortodoxos, todos esses crêem que após a morte o espírito vai para o céu ou para o inferno, a depender dos pecados que cada um cometera. Essa característica se destaca como traço comum da crença cristã.

Como destaque é válido lembrar que os católicos também crêem na doutrina do purgatório, local intermediário entre o céu e o inferno, para onde iriam as almas com o objetivo de ter seus pecados perdoados.

Para os cristãos em geral a morte é considerada como algo natural, que significa o fim terreno, mais também é considerada como uma passagem para a vida eterna.

É fato que, mesmo em circunstâncias indecifráveis e de divergência na concepção da morte, a relação do homem com a morte permanece indispensável ao atendimento de seus mais íntimos medos e anseios. Nas palavras de BELLOMO:

A relação do homem com a morte é necessária, mesmo quando as explicações são fragmentadas e superficiais. As tentativas humanas de entender a morte são como o próprio homem: finitas, complexas, problemáticas, conflituosas e incompletas. Mas todos nós precisamos delas para que nossa existência tenha um sentido. (BELLOMO,2008. p.89,90)

O Cemitério São Lázaro, portanto, retrata características marcantes da cidade de Araguaína. Revela a presença de muitas famílias abastadas, o que pode ser visto pela grande quantidade de túmulos suntuosos, mas demonstra também que a cidade abriga um grande número de pessoas e família de baixa capacidade econômica. O cemitério revela a diversidade de crenças da população araguainense, demonstrando largo predomínio do cristianismo, o que se percebe pelo uso de símbolos e palavras representativas da fé cristã nos sepulcros. Por fim, o São Lázaro expressa os problemas sociais políticos da cidade, estampando-se na carência de espaço físico e na própria necessidade de expansão do cemitério, a falta de planejamento para o crescimento da cidade.

4. CONCLUSÃO

Afirma-se, finalmente, que a pesquisa histórica relacionada à morte pode proporcionar aprendizagem, não apenas acadêmica, mas para aplicação em todas as áreas da vida. A pesquisa também provou que o cemitério é um campo vasto de informações socioculturais, um “prato cheio” para o historiador, especialmente se buscar compreender a corrente de pensamento vigente em determinada época.

Nesse sentido ficou claro que a preservação da memória familiar e, conseqüentemente da comunidade se faz presente nesse espaço.

Percebeu-se também que ao longo da história ocorreram diversas mudanças na prática dos rituais fúnebres, passando pelo enterro em propriedades particulares da família, pela inumação nas igrejas e seus arredores, até chegar às normas sanitárias baixadas pelos governos e a conseqüente regulamentação dos cemitérios.

Por estar o fenômeno morte intrinsecamente historicamente ligado à religiosidade dos povos, seja sob qualquer crença, a Igreja Católica, ao longo do tempo, acabou por institucionalizar os ritos e assumir a responsabilidade por transpor o morto, chegando a certa altura da história, a auferir grandes quantias com os serviços fúnebres. Esse fato contribuiu para que se tornasse uma das mais influentes instituições de todos os tempos.

De uma forma mais específica foi trabalhado alguns pontos relevantes sobre a história e as representações da morte no interior do cemitério São Lázaro, destacando algumas mais relevantes.

Tem-se compreendido ao longo deste trabalho que a morte é o último acontecimento importante da vida e, mesmo que o homem encontre as mais mirabolantes explicações, ninguém pode privar-se dela. Como já citado: “não há licença nessa peleja”.

No decorrer da história a morte foi vista de várias formas. Entende-se que de uma forma ou de outra a ela tornou-se inimiga a ser combatida a qualquer preço, porém é sobretudo importante ressaltar que, se por um lado é vista como inimiga, por outro poderia ser entendida como a maior contribuinte para a manutenção da raça humana, afinal, o espaço físico e os recursos naturais do planeta são limitados. Se o planeta fosse infinito, talvez não houvesse morte. Lucubrações à parte, é fundamental compreender que esse é um processo natural que pode nos surpreender em qualquer momento.

O que se notou na pesquisa é que não há, na modernidade, espaço para se pensar na morte, para se enfrentá-la de frente, para ser até mesmo, de alguma forma, grato por ela.

O tempo presente vive uma realidade virtual quanto ao tema da finitude da vida, assim os indivíduos buscam esquecer o assunto utilizando-se de diferentes e variados modos de fuga, tais como a bebida e a drogadição em geral, o consumismo, o trabalho excessivo, o lazer excessivo, o culto aos prazeres. Não que haja algo de errado com tudo isso, mas é provável que muitas dessas atividades sejam meramente uma forma de negar a possibilidade da própria morte.

Sem sombra de dúvidas o assunto tratado aqui não foi esgotado nessa explanação, no entanto, cabe salientar que não faltaram esforços para apresentar um tema tão relevante. A temática permanece aberta a novas investigações na atualidade, tempo em que além de inimiga a morte se tornou invisível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, Phillippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente**. Lisboa: Teorema, 1981.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada. Sociedade Bíblica do Brasil: 2015.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente: uma cidade situada**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- HARRY, Bellomo. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- LAWERS, Michel. Morte e Mortos. In: GOFF, Jacques Le; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RODRIGUES, Claudia. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista. In: **Varia História**, Belo Horizonte, v.24, n.39, p.255-272, jan/jun. 2008.
- SILVA, Lucinete André da; SANTOS, Roberto Carlos dos. Normatização dos Rituais Fúnebres: Estética, Mercantilização e Imaginário. Patos de Minas (1876-2000). In *ResvistaPerquirere*, 2006. Artigo: 21p. Disponível em <<http://perquirere.unipam.edu.br/edicoes-2006>>. Pesquisado em 8.jun.2016.
- STO. AGOSTINHO. O CUIDADO DEVIDO AOS MORTOS (De Cura pro MortuisGerenda). Disponível em <<http://www.veritatis.com.br/antigo/8718-o-cuidado-devido-aos-mortos-parte-i>>. Acesso em 8.jun.2016.
- SANTOS, Maria Sandra Rodrigues dos. O trabalho de luto na cidade de João Pessoa. **Revista CAOS**. João Pessoa. n. 1, abr. 2000. Disponível em: <<http://chip.cchla.ufpb.br/caos/01-santos..html>>. Acesso em: 03 abril. 2012.
- VILLAR, Márcio. Luto e morte: uma pequena revisão bibliográfica. **Revista CAOS**. João Pessoa. n. 1,abr. 2000. Disponível em: <<http://chip.cchla.ufpb.br/caos/01-villar.html>>. Acesso em: 03 abril. 2012.

